

# Indefinição adia acordo sobre dívida

**Roberto Garcia**

Correspondente

WASHINGTON — Acabaram as esperanças de conclusão das negociações da dívida brasileira nos próximos dias, afirmaram ontem alguns dos negociadores. “Temos trabalhado intensamente nos últimos dias mas ainda há muitos impasses a superar. Se as notícias do Brasil fossem estimulantes, poderíamos acabar logo. Mas não são”, explicou um banqueiro, com a condição de que sua identidade não fosse revelada.

Até fins do mês passado, membros da equipe brasileira ainda achavam que seria possível amarrar logo as pontas ainda soltas de um documento de 74 páginas que resume os aspectos principais da negociação, chamado de *term sheet* pelos banqueiros. Eles queriam aproveitar o que ainda restava do impulso dado às negociações pela retomada dos pagamentos de juros no início do ano e pelo clima excepcionalmente favorável resultante da viagem do ministro Mailson Nóbrega aos Estados Unidos, no carnaval.

Na época, Mailson tinha prometido um plano econômico coerente para ser executado, este ano, pelo governo Sarney, com redução dos déficits e contenção da inflação. Ao ser concluído esse plano, dissera o ministro aos banqueiros, o Brasil abriria as negociações formais com o FMI, para chegar a um acordo com a instituição por volta de junho.

Nas últimas semanas, contudo, parecia cada vez mais claro que a resistência às

medidas de saneamento da economia tornam questionável um programa coerente e por causa disso um acordo com o FMI passou a ser considerado remoto.

**Ciclo vicioso** — “Estamos em perigo de voltar ao ciclo vicioso de outubro passado”, comentou um banqueiro. Ele referia-se ao período em que o ministro Bresser Pereira esperava convencer o presidente a aumentar impostos para equilibrar o orçamento e não convidava a missão do FMI enquanto não conseguia uma decisão favorável do planalto. “Ele queria ter um programa econômico decente para apresentá-lo à nação antes do FMI chegar. Assim poderia dizer que aquela instituição não estava fazendo qualquer imposição ao país porque o governo tinha adotado seu próprio programa de austeridade. Nem uma coisa nem outra aconteceu”, lembrou o banqueiro.

Os negociadores brasileiros temem que o novo ciclo de indecisões predominante no Brasil, em relação ao déficit, acabe tagiando o diálogo com os banqueiros em New York. Eles têm a impressão de que podem concluir o acordo ainda nas próximas semanas, independente do que ocorrer no Brasil. “Mas sem medidas decisivas para equilibrar o orçamento os bancos não vão aderir ao acordo, o dinheiro do FMI não vai entrar e os novos créditos que tanto queríamos do Clube de Paris poderão ir para as calendas”, disse um deles.

A conclusão das negociações teria sido muito conveniente nesta semana já

que começaram a chegar à capital americana os presidentes dos bancos centrais e ministros da Fazenda dos principais países credores. “Se Mailson tivesse o acordo com os bancos pronto e um belo programa econômico em mãos, já poderia balizar as discussões com o Clube de Paris”, disse um funcionário do FMI. Em vez de fazer isso, ele precisará concentrar todos os seus esforços junto aos bancos para fechar o acordo de reescalonamento da dívida.

**Único avanço** — Segundo algumas fontes bancárias, o único avanço importante, na última semana, foi a decisão a respeito dos termos do reempréstimo dos 20 bilhões que os bancos estrangeiros têm depositados a seu crédito no Banco Central. Já ficou acertado, também, que o Brasil só voltará a pagar o principal de sua dívida aos bancos em 15 de abril de 1995, saldando totalmente essa dívida no ano 2007.

Um funcionário brasileiro disse que os 14 grandes credores privados do Brasil, representados na comissão que negocia a dívida, já se comprometeram a aumentar em US\$ 280 milhões as linhas de curto prazo que financiam o comércio exterior do país bem como as agências de bancos brasileiros em Nova Iorque, tão logo o *term sheet* seja finalmente concluído. Quando os contratos fossem assinados, por volta de junho ou julho, os demais credores do país contribuiriam com mais US\$ 320 milhões. Levando em conta esse fato, o Brasil poderia pagar os juros referentes a março sem qualquer dificuldade.